

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E LUTA PELA DIFERENÇA

AÇÕES COLETIVAS DA REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

JOSIANE CARINE WEDIG

RESUMO *Nas últimas décadas, em todo o país, vêm se organizando coletivos que se (auto)reconhecem e são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais. Esses grupos se formaram politicamente a partir de mobilizações pelo seu reconhecimento e pelo acesso a direitos, principalmente territoriais. Com o objetivo de contribuir para a compreensão desses processos, discutimos a organização coletiva da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, que agrega oito segmentos: indígenas, faxinalenses, quilombolas, cipozeiros, pescadores artesanais, ilhéus, detentores de ofícios tradicionais e comunidades de terreiro. Os processos organizativos se constroem por meio de relações entre esses segmentos, cuja ação coletiva se dá pela alteridade e pelo reconhecimento das diferenças.*

PALAVRAS - CHAVE *Povos e Comunidades Tradicionais, Ações Coletivas, Territórios.*

ABSTRACT *During the last decades collectives that auto-recognise themselves and are recognised as traditional peoples and communities have been assembled throughout the country. These groups were politically formed through mobilisations for their recognition and for the access to rights, especially territorial ones. In order to understand these processes, we discuss the collective organisation of the Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, that assembles eight segments: indigenous people, faxinalenses, quilombolas, cipozeiros, artisanal fisherfolk, islanders, holders of traditional knowledge, and terreiro communities. The organisational processes are constructed through relations among these segments whose collective action happens by alterity and recognition of differences.*

KEYWORDS *Traditional Peoples and Communities, Collective Actions, Territories.*

INTRODUÇÃO

A emergência de organizações políticas de grupos que se autorreconhecem como povos e comunidades tradicionais tem sido observada em todo o território nacional nas últimas décadas. São povos indígenas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos e outros, que reivindicam o seu reconhecimento e o de seus territórios (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2010; ALMEIDA; FARIAS JR., 2013).

A categoria povos e comunidades tradicionais surge para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus territórios frente à expropriação que ocorre tanto como ação do Estado como por outros grupos sociais (fazendeiros, grupos empresariais e outros). O uso dessa nomeação – que atua como categoria de identidade política – implica, para os grupos que a assumem, a possibilidade de ocupar um novo lugar político frente aos órgãos estatais e às políticas governamentais, nas relações com a política local, com seus vizinhos e nas relações entre eles.

Almeida (2010), em sua atuação e pesquisa junto a povos e comunidades tradicionais em diferentes regiões do país, tem averiguado que a constituição de identidades políticas desses grupos ocorre, principalmente, em torno de termos e designações de uso local que se politizam. São, em geral, termos de uso cotidiano e difuso que acompanham a politização de realidades locais, em que os sujeitos da ação adotam como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem. Algumas dessas nomeações locais eram, muitas vezes, carregadas de estigma e passam a ganhar um significado positivado, à medida que são acionadas como identidades políticas.

Cabe salientar que o “tradicional” a que se refere essa nomeação não se constitui como uma unidade ligada ao passado, nem a laços primordiais, mas se refere a identidades que são redefinidas nos processos de mobilizações. Desse modo, a dinâmica político-organizativa sobressai na constituição de

identidades coletivas, para fazer frente aos antagonistas e aos aparatos do Estado (ALMEIDA, 2010).

Trata-se de grupos fortemente marcados por laços de vizinhança, parentesco, aliança, que compartilham modos de vida e passam a organizar-se politicamente. Como aponta Little (2002), eles se constituem como grupos que, em geral, se organizam por um regime de propriedade comum, com um sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica de ocupação guardada na memória coletiva. São as lutas do presente que atualizam a memória coletiva desses grupos e, nessa atualização são mobilizados os sentidos que o próprio grupo atribui a si. A memória transita no tempo e no espaço, selecionando e (re)elaborando significados.

Apoiamo-nos aqui na noção de memória coletiva desenvolvida por Pollak (1989), que se refere às memórias de grupos minoritários, cujas lembranças, confinadas ao silêncio pelo discurso oficial, são transmitidas cuidadosamente de uma geração a outra através das redes familiares, de amizade, de associações, de sociabilidade afetiva e/ou política. O autor salienta que as lembranças indizíveis, proibidas, são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. Dessa forma, o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, constitui-se em meio de resistência.

Enfrentando diversos ciclos de avanços sobre seus territórios e violências de vários tipos contra seus modos de vida, suas formas culturais e suas estruturas sociais e econômicas, povos e comunidades tradicionais empreenderam processos de resistência. Atualmente, eles estão organizados em todo o país e constituíram redes de ação coletiva que são articuladas nas esferas local, regional, estadual e nacional, compondo associações, federações, movimentos interestaduais, conselhos nacionais, coordenações, articulações etc.

Esses processos são concomitantes à criação de convenções internacionais e legislações nacionais que têm afirmado

nacionalidades multiculturais e reconhecido, legalmente, alguns direitos a esses grupos que, no entanto, encontram sérios limites para sua efetivação.

Neste artigo, discutimos esse processo de organização e lutas, cuja centralidade é a reivindicação territorial e de reconhecimento social, político e cultural, a partir dos grupos que se articulam coletivamente por meio da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná.

Ao tratar de um caso específico de organização, não queremos apresentá-lo como representativo de outras organizações desse tipo no Brasil, mas entender, a partir de uma análise mais cuidadosa, as particularidades que marcam uma organização entre as muitas experiências que se constituíram no país e que tem realizado reivindicações por direitos, pelo reconhecimento de seus territórios e diferenças. Seguindo a Rede Puxirão, nos propomos a evidenciar relações mais amplas de seus componentes com outros povos e comunidades tradicionais, com o Estado e mesmo com organismos internacionais, pois seus ativistas se relacionam, acionam e são acionados por redes de relações entre pessoas e instituições de outros contextos.

A REDE PUXIRÃO E OS SEGMENTOS QUE A COMPÕEM

A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná foi criada em 2008, no 1º Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais, no município de Guarapuava, centro sul do estado. Ela reúne faxinalenses, ilhéus, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, benzedeiros, membros de religiões de matriz africana e cipozeiros, formas como localmente são nomeados cada um dos povos e comunidades tradicionais que compõem a rede¹. Esses segmentos, bastante diferentes entre si, se articulam e se organizam sob a designação comum de povos e comunidades tradicionais.

¹Cada um dos segmentos é composto por diversos “grupos”. Assim temos, por exemplo, a Articulação Puxirão dos Faxinalenses (APF), que é um segmento que compõe a Rede Puxirão e, é composta, ao mesmo tempo, por diversos “grupos”, provenientes de diversos faxinais. Isso também se passa com os demais segmentos.

A Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) agrega comunidades faxinalenses de diferentes regiões do Paraná. Os faxinais se caracterizam como áreas de terra de uso comum, cuja ocupação se deu ainda no período colonial. Os faxinalenses realizaram e realizam resistências diversas contra os processos de perda de seus territórios ao longo das gerações, enfrentando conflitos decorrentes, fundamentalmente, da expansão da agricultura monocultora e da atividade de exploração florestal por grandes madeiras (SOUZA, 2010). Um levantamento recente das áreas de faxinais no Paraná, realizado pelo Projeto de Nova Cartografia Social, identificou 250 faxinais, 30 deles organizados politicamente em associações locais e ligados a APF.

No ano de 2005, algumas lideranças e associações faxinalenses, junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT)², organizaram o 1º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses. Foi nele que se organizou o movimento “Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses”.

O Movimento de Aprendizizes da Sabedoria (MASA) dos detentores de ofícios tradicionais agrega diversos indivíduos que realizam práticas de cura, pautadas na medicina popular. Reconhecem-se como benzedeiros, parteiras, curandeiros, remedeiros, rezadeiras, entre outras nomeações que variam por regiões e ofícios realizados. Organizam-se coletivamente frente a um cenário de “invisibilidade social, preconceito e marginalização dos ofícios tradicionais de curas” (BOLETIM INFORMATIVO BENZEDEIRAS, 2012, p. 2). O primeiro encontro de Detentores de Ofícios Tradicionais no Paraná realizou-se em 2008, na cidade de Irati, na região centro-sul do Paraná, e nele foi constituído o Movimento de Aprendizizes da Sabedoria – MASA. Desde então, esse movimento vem organizando encontros de trocas de experiências e articulações com os poderes públicos municipais e estaduais, a fim de buscar o reconhecimento de suas práticas tradicionais de cura, por meio de políticas públicas para o acolhimento delas no sistema formal de saúde. Há ainda a

² A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975 e tornou sistemático o trabalho de mobilização camponesa realizada por padres, bispos e outros agentes religiosos e não religiosos. Muitas lideranças que atualmente atuam no sindicalismo e em movimentos sociais rurais, além de ONGs que atuam no mundo rural brasileiro, tiveram por origem a militância junto aos grupos constituídos pela CPT nos anos de 1970 e 1980 (GARCIA JR., 2003).

reivindicação pelo livre acesso às plantas medicinais e demais recursos naturais em diferentes espaços públicos e privados, inclusive o acesso às Unidades de Conservação Ambiental.

O Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná (MOIRPA) e a Associação dos Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental (APIG) agregam moradores atuais ou antigos das ilhas do Rio Paraná e que se autorreconhecem como ilhéus. No Paraná, os ilhéus constituíam, “nos anos de 1980, 12.000 pessoas, que foram atingidas pelo alagamento causado pela construção da barragem de Itaipu” (ILHEUS DO RIO PARANÁ, 2011)³. Na ocasião, muitos ilhéus, por serem posseiros, foram retirados das ilhas, não lhes restando alternativa a não ser tornar-se assalariados da cana-de-açúcar, do algodão, além de se ocupar em atividades urbanas, principalmente como trabalhadores informais. Alguns se integraram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Além disso, posteriormente, outras áreas territoriais dos ilhéus do Paraná foram transformadas no Parque Nacional da Ilha Grande e em Área de Proteção Ambiental (APA) Federal dos Rios e Várzeas do Rio Paraná. As múltiplas regulações ambientais acabam se constituindo em um campo de controvérsias entre o Estado e os ilhéus sobre os usos ou não dessas áreas.

Os ilhéus lutam para permanecer nas ilhas, recuperar suas áreas (aqueles que delas foram expulsos) ou mesmo receber indenização pela perda delas. Eles têm se organizado como movimento social específico, ao mesmo tempo em que atuam junto a outros movimentos sociais, como o Movimento de Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Suas ações coletivas se realizam em um cenário de ameaça de construção de novas barragens, como também de leis ambientais que vão sendo instituídas e restringem cada vez mais os usos de seus territórios.

O Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros (MICI) é composto por camponeses/artesãos que habitam o

³ Documentário produzido pelos mestrados em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, intitulado “Ilhéus do Rio Paraná: relatos de uma luta esquecida”, em 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=MCbEGhw5AJA>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

litoral do Paraná e de Santa Catarina. Os principais conflitos que esse grupo enfrenta se referem à restrição do acesso ao território de onde retiram as matérias-primas para suas atividades – o cipó (cipó-imbé) e outras fibras da floresta para a produção de artesanato, seu principal meio de vida. De acordo com dados levantados pelo projeto da Nova Cartografia Social, os cipozeiros devem ser hoje, aproximadamente, sete mil pessoas (POVOS TRADICIONAIS DO PARANÁ, 2013). Vivem em núcleos de pequenos agricultores, em municípios em que há áreas de extrativismo na Mata Atlântica.

O MICI foi formado em 2008, em Garuva, Santa Catarina. Reivindica a demarcação dos territórios, o reconhecimento de práticas e uso dos recursos naturais e salienta a necessidade de proteção das práticas dos cipozeiros frente à perseguição que sofrem dos órgãos ambientais. Demanda ainda políticas públicas municipais, estaduais e federais que garantam a continuidade dos seus meios de vida (ANTUNES, 2011).

A Articulação dos Povos Indígenas do Sul é o segmento que agrega povos indígenas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: Guarani, Kaingang, Xokleng, Xetá e Charrua. Ela foi organizada em 2006, com sede na cidade de Curitiba/PR. A Articulação foi formada com o “intuito de acumular forças políticas para se contrapor à avalanche de ameaças e agressões dos setores anti-indigenistas”⁴. Suas reivindicações são pelo acesso e regularização dos territórios tradicionais, educação escolar indígena, saúde indígena e sustentabilidade de seus territórios (POVOS TRADICIONAIS DO PARANÁ, 2013).

A Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUI) é formada por integrantes de comunidades quilombolas de vários núcleos, tanto rurais como urbanos, de acampamentos provisórios ou assentamentos já constituídos. Os conflitos que enfrentam são de acesso e regularização do território tradicional (POVOS TRADICIONAIS DO PARANÁ, 2013). No Paraná, foram identificadas 86 comunidades

⁴ Disponível em: <In: <http://www.arpinsul.org.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

quilombolas, das quais 36 são comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, distribuídas em 18 municípios. Em termos de demarcação do território, há uma série de entraves para a regularização das áreas. Suas principais reivindicações são a retomada dos territórios tradicionalmente ocupados, o acesso a habitação, água, luz, saneamento básico, além do reconhecimento da “forma de vida e da cultura negra quilombola” (COMUNIDADE INVERNADA PAIOL DE TELHA, 2009).

O Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana (FPRMA) agrega diversas comunidades de religiões de matriz africana⁵ e nasceu por iniciativa de um grupo de religiosos por ocasião da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em junho de 2009, em que ocorreu a orientação de criação dos fóruns estaduais, visando propor formas de contribuir para a solução de problemas que enfrentam: preconceito, intolerância religiosa, criminalização das suas práticas, ritos e oferendas religiosas. Reivindicam o livre acesso para a coleta de folhas e ervas sagradas em locais públicos e privados e a disponibilidade de locais para a realização de suas oferendas (POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ, 2013).

O Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) é constituído por pescadores artesanais que habitam o litoral e algumas ilhas. Enfrentam conflitos pelo acesso ao território tradicional, principalmente em razão da criação das Áreas de Preservação Ambiental (APAS) e os parques ambientais (POVOS TRADICIONAIS DO PARANÁ, 2013). As reivindicações dos pescadores englobam o acesso aos recursos pesqueiros – que ficam ameaçados pela pesca realizada pelas embarcações industriais, e também demandas ao IBAMA, em razão da sobreposição do Parque Nacional do Superagui aos seus territórios tradicionais e às áreas limites para a pesca. No ano 2010, foi criado o MOPEAR, a partir do 1º Encontro dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, no

⁵Disponível em: < <http://fprma.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

município de Guaraqueçaba/PR. O Encontro reuniu pescadores artesanais do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de representantes do Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais.

Esses segmentos se apresentam, respectivamente, por meio de lemas de luta que são proferidos nos espaços de organização política e ação coletiva: “No direito ou na luta essa terra é faxinalense!”; “Cuidar da vida é a nossa missão!”; “Ilhéus do Rio Paraná, unidos vamos lutar!”; “Cipozeiros em movimento, na luta pelo reconhecimento!”; “Quando um guerreiro tomba, o outro se levanta!”; “África, teu povo se levanta!”; “Quem é de axé, diz que é!”; “Na terra e no mar, nós vamos lutar!”.

Cabe salientar que os segmentos, em conjunto com entidades apoiadoras como ONGs e universidades, realizaram levantamentos de estimativa do número de indivíduos que compõem os povos e comunidades tradicionais no Paraná. A construção das autcartografias também tem auxiliado para isso. Estimam, assim, a existência de 30.000 indígenas, 40.000 faxinalenses, 20.000 quilombolas, 7.000 cipozeiros, 12.000 pescadores artesanais, 7.000 detentores de ofícios tradicionais, 70.000 membros de comunidades de terreiro no estado. Esses, certamente, são números relativos, pois muitas vezes um indivíduo pode estar relacionado a mais de uma dessas identidades. É preciso notar também que não são todos os indivíduos reconhecidos como pertencentes a essas identidades coletivas que estão organizados em movimentos sociais. São, no entanto, números que sinalizam para uma significativa expressão desses segmentos no estado.

Eles vivenciam uma série de conflitos em razão do avanço das monoculturas sobre seus territórios, grilagens das suas terras, construção de grandes obras de infraestrutura, criação de unidades de conservação ambiental, restrições legais às suas atividades, entre outros.

Evidencia-se que a Rede Puxirão se organizou em uma região cuja sequência de ciclos econômicos teve início no século

XVII, com a mineração, a produção de gado, de erva-mate e madeira. Os grupos que hoje se autorreconhecem como povos e comunidades tradicionais são aqueles que historicamente foram perdendo seus territórios para a expansão de fronteiras agrícolas e, com isso, passaram a ocupar territórios cada vez mais precarizados. Haesbaert (2009) fala em precarização de territórios no que se refere ao acesso e ao controle, em que ocorre a perda relativa do controle dos territórios pelos grupos que o habitam, o que motiva a luta pelo acesso a, pelo menos, um “território mínimo” para sua reprodução social.

No Paraná, como também ocorreu em outras regiões do país, o Estado fomentou projetos de colonização que desconsideraram as ocupações anteriores dos territórios dos grupos ameríndios e de vários outros grupos que foram invisibilizados nesse processo.

Os grupos que viviam nessas áreas foram perdendo suas terras e tendo que se deslocar forçosamente para outras regiões, ou então ocupar territórios extremamente reduzidos e precarizados. Essas ações do Estado sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais operaram e continuam a operar processos de sobrecodificação (DELEUZE; GUATARRI, 2007), conceito que refere a destruição das formas de codificação da terra daqueles povos que nelas viviam (ou vivem) e a conseqüente desarticulação de seus modos de vida, impondo-se sobre eles outro tipo de codificação, que, por sua vez, integra as áreas à propriedade privada, aos títulos fundiários e ao mercado de terras.

A Rede Puxirão se constitui enquanto um espaço no qual os atores sociais se agregam para o enfrentamento de conflitos fundiários, para realização de reivindicações por reconhecimento, pela busca da permanência ou retomada dos seus territórios e pela criação de políticas públicas específicas. Os conflitos que esses segmentos enfrentam se dão com os grandes proprietários de terra, empresas, governos, com representantes de órgãos do Estado, com vizinhos e outros.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA REDE PUXIRÃO

O marco de formação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná é o ano de 2008, quando alguns grupos passaram a se articular politicamente em torno da categoria de povos e comunidades tradicionais e a realizar reivindicações referentes à garantia de seu reconhecimento social e de seus territórios. Contudo, longe de se constituir em um ato fundador, os ativistas⁶ da Rede Puxirão sempre mencionam uma trajetória de lutas e resistências, de atividades de formação e intervenção, cujo marco inicial da memória depende de quem conta a história e que remete a uma infinidade de outras lutas e organizações coletivas. Como aponta Pollak (1989; 1992), a memória coletiva se constitui como um conjunto de referências históricas comuns que remetem a acontecimentos diversos.

Nos relatos dos ativistas da Rede Puxirão está presente a referência “ao auxílio na luta” que receberam de grupos inspirados na Teologia da Libertação – cuja perspectiva de ação propõe a atuação frente aos contextos sociais concretos e que propiciou a formação de diversas pastorais, entre elas a CPT (VILLALOBOS; ROSSATO, 1996), que ocupa uma centralidade histórica na articulação dos diversos segmentos.

Frequentemente são mencionadas as atividades que foram realizadas por agentes ligados à Igreja e técnicos que, desde os anos de 1970, desenvolveram atividades de formação política e apoio técnico aos pequenos agricultores e que constituíram um grupo de atuação nesse sentido, denominado como Equipe e criado na região centro-sul do Paraná.

A criação da Equipe – composta por técnicos, agentes da Igreja e pequenos agricultores que se reuniam periodicamente para o encaminhamento de demandas – se deu em um contexto de empobrecimento material acompanhado de um intenso êxodo rural na região. Nesse período, se difundia no país o processo que passou a ser conhecido como revolução verde (GOODMAN;

⁶ Utilizamos o termo ativistas para referir os integrantes da Rede Puxirão, assinalando um engajamento permanente tanto nos espaços cotidianos como nos de organização política em que esses discutem e se mobilizam pelas suas pautas individuais e coletivas juntos aos diversos segmentos.

SORJ; WILKINSON, 1990), que ocasionou a difusão de máquinas e de insumos agrícolas modernos, e, conseqüentemente, a liberação de muita mão de obra, expropriação das posses de camponeses e a intensa migração desses para os centros urbanos ou periferias das cidades, além de causar a desestruturação de modos de vida tradicionais.

A Equipe fomentou a criação das primeiras associações e cooperativas de agricultores na região de Guarapuava. Ela estava ligada à CPT e seu foco de trabalho eram os agricultores familiares, posseiros e camponeses que demandavam terra por meio de reforma agrária. Alguns dos atuais ativistas da Rede Puxirão iniciaram suas atividades de militância junto à CPT. Eles relatam que essa entidade assumiu um papel central na organização das primeiras associações locais, dos sindicatos de trabalhadores rurais e de movimentos sociais estaduais e nacionais.

O acompanhamento que a CPT e a Equipe faziam dos conflitos territoriais de comunidades negras, povos indígenas e outros, produziram discussões sobre o modelo de reforma agrária que defendiam e que estava relacionado ao modo como essa demanda era encaminhada pelo MST – principal movimento social que tem pautado a reforma agrária na região e no país – e que foi expresso nos seguintes termos: “[...] nós começamos a fazer essa reflexão: está ficando gente para trás que não pode ficar, que eram índios, quilombolas, faxinalenses, pescadores e ilhéus” (Entrevista com integrante do CEMPO⁷ e antigo integrante da CPT, maio, 2013). As questões territoriais colocadas por povos indígenas, comunidades negras, grupos organizados como posseiros e trabalhadores rurais, passaram a tensionar e ampliar o que era concebido (na Equipe e na Pastoral da Terra) como reforma agrária, à medida que as pautas de luta pela terra, para esses grupos, se constituíam em modos singulares de ocupação, de uso, de vida e de relações com o território. Para esses grupos, não se trata de lutar por alguma terra, mas sim, de

⁷O Centro Ecumênico de Apoio ao Campesinato (CEMPO) é uma ONG criada no ano de 2007, em Guarapuava/Paraná e é atualmente uma das principais apoiadoras da Rede Puxirão.

lutar pelo reconhecimento de espaços marcados por seus modos de vida (LITTLE, 2002; ANJOS; SILVA, 2004; SILVA; SOUZA, 2009; ESCOBAR, 2010; ALMEIDA, 2010; ALMEIDA et al. 2010; ALMEIDA; FARIAS JR., 2013). Desse modo, o território, que designa os modos diferenciados de uso e ocupação da terra, compõe a bandeira de luta pela permanência, retorno ou mesmo acesso aos seus *espaços de vida*, modo como os segmentos da Rede Puxirão, frequentemente, referem-se a seus territórios.

Em torno da problemática do reconhecimento do território, os grupos vão constituindo organizações de segmentos específicos, agregando-se a outros já organizados (como os povos indígenas e comunidades negras) e salientando diferenciações e singularidades políticas em relação a organizações camponesas das quais participavam anteriormente e que foram fundamentais nos processos de luta e cuja articulação atual continua a ser importante. Um conjunto de organizações de povos e comunidades tradicionais foi criado a partir dos anos 2000, tendo como centralidade as reivindicações pelo reconhecimento territorial e dos modos de vida de grupos que foram historicamente estigmatizados ou desconsiderados pelas formas oficiais de regularização fundiária e de reconhecimento (LITTLE, 2002; ALMEIDA; FARIAS JR., 2013).

Sobre a organização da Rede Puxirão um ilhéu aponta:

Então se juntou naquela época quilombolas, faxinalenses e ilhéus, os três segmentos de origem. Aí começamos a discutir: qual é a luta dos faxinalenses? É os faxinais, a terra, território. E a dos ilhéus? As ilhas, território, terra, água e o espaço de vida. E a dos quilombolas? Também, terra, território. Aí que a gente se deu conta de que a nossa luta é tudo por terra, território, direitos, [contra a] exclusão social e as limitações por órgãos públicos que proíbem a gente de viver nos nossos territórios e dizem que a gente é criminoso ainda quando se volta e tenta exercer a atividade. Ainda vamos para a cadeia, porque se você corta uma árvore, uma madeira para fazer

um barraco, uma casa, uma canoa ou o que não está no código florestal, não pode, vai punido, vai preso. Tem tudo isso. Então o que a gente fez? Vamos criar, vamos juntar. Nós lembramos que tinham os ciganos, os indígenas, é o que nós sabíamos naquela época. Então vamos tentar. Procuramos esse povo e nós marcamos o primeiro encontro de povos e comunidades tradicionais. Deu ilhéus, quilombolas, faxinalenses, indígenas, veio pescadores e cipozeiros. Seis segmentos naquela época. Esses seis segmentos deram origem, o início da Rede Puxirão (Tavares, Ilhéu. Entrevista em novembro de 2014).

Ainda sobre a formação da Rede Puxirão explica um faxinalense:

[...] devido a este conhecimento [da existência de outros grupos que vinham se organizando a nível nacional] e o de outros pesquisadores que nos ajudaram aqui no Paraná. Então começamos a discutir como é que a gente podia se articular em rede. E, em 2008 nós, em três segmentos – faxinalenses, ilhéus e quilombolas – discutimos a criação da Rede Puxirão. E fizemos o primeiro Encontro da Rede Puxirão, no estado do Paraná, que foi em Guarapuava, e chamamos, eu acho que todos os segmentos tradicionais do Paraná, mas puxada por esses três segmentos. Todos os segmentos tradicionais do Paraná vieram para esse Encontro (Hamilton, faxinalense. Entrevista em novembro, 2013).

⁸ Atualmente a Equipe reúne agricultores ecológicos, os “movimentos sociais históricos” (MAB, MST, MPA, Movimento de Mulheres Camponesas etc.) e os ativistas da Rede Puxirão.

Desse modo, a Rede Puxirão foi constituída integrando ativistas de cada um dos grupos presentes no I Encontro, que passaram a se reunir bimestralmente, junto com a Equipe⁸, discutindo e encaminhando pautas específicas dos grupos e segmentos, estabelecendo conexões entre suas pautas de reivindicações, articulando-se entre si e com outros movimentos sociais camponeses do Paraná. Ela passa a ser um espaço

de articulação dos grupos e segmentos, na esfera estadual, tendo como objetivo o fortalecimento mútuo, político e institucional, buscando a efetivação de seus direitos étnicos e coletivos (REDE PUXIRÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2008).

Essa articulação está relacionada também a condições mais gerais de articulação de povos e comunidades tradicionais no país, com o crescimento das lutas de diversos segmentos e a elaboração de dispositivos legais que amparam formalmente essas demandas, como a ratificação, em 2002, da Convenção 169 da OIT⁹, a criação, no ano de 2004, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais¹⁰, com o intuito de estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, entre outros (SHIRAIISHI NETO, 2007).

As articulações coletivas foram realizadas por grupos envolvidos em uma série de conflitos fundiários: aqueles que foram expulsos de suas áreas, os que resistiam nelas contra inúmeras pressões para que as deixassem, os que reivindicavam o acesso a recursos ambientais específicos em áreas privadas e mesmo em áreas que foram cercadas para a criação de parques de conservação ambiental, aqueles que reivindicam passagens livres por territórios etc. Esses grupos, com inúmeras especificidades em seus modos de vida, passaram a se articular, criando redes de relações, conexões políticas, encadeamentos que perpassam diversas escalas (desde um plano mais local, até internacional), em que, além dos agentes que os compõem, atuam também integrantes de ONGs, de universidades e outros.

A organização coletiva da Rede Puxirão está entremeada por formas de lutas e organizações políticas em que os segmentos participaram anteriormente, realizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais, movimento de posseiros, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, etc. Do mesmo modo, as resistências cotidianas

⁹ A Convenção 169 foi criada em 1989 e versa sobre o reconhecimento de povos tradicionais, a fim de que esses possam “exercerem o controle de suas próprias instituições, de seus modos de vida e de seu desenvolvimento econômico, e manterem e fortalecerem suas identidades, línguas e religiões, no âmbito dos Estados em que vivem”. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/513>>. Acesso em: 08 maio 2015.

¹⁰ Decreto de 27 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

(SCOTT, 2002), que permitiram aos grupos dar continuidade aos seus modos de vida em situações as mais adversas e conflituosas, constituem suas formas de ação e organização coletiva. Atualmente são centradas na defesa dos seus territórios e modos de vida.

A atuação da Rede Puxirão se constitui por relações tanto macro como micropolíticas (GUATTARI; ROLNIK, 1996), pois estabelecem relações com o Estado, com outras instituições, ao mesmo tempo em que se apoiam mutuamente nas resistências cotidianas, dando suporte às organizações locais. Os ativistas dos segmentos que compõem a Rede Puxirão participam de organizações nacionais, estaduais e regionais de povos e comunidades tradicionais.

As demandas desses grupos são legalmente reconhecidas pelo Estado brasileiro, por meio de uma série de instrumentos jurídicos, os quais passam a ser agregados às suas práticas de resistência. No entanto, mesmo com o avanço do reconhecimento legal, o que tem sido denunciado pelos povos e comunidades tradicionais é que os direitos que reivindicam não lhes são garantidos na prática, principalmente a demarcação dos territórios, que é morosa e, na maioria dos casos, não vem ocorrendo, o que dá continuidade a conflitos e violências sobre eles. Mesmo os grupos que já obtiveram o reconhecimento jurídico-formal de sua existência pelo Estado, denunciam os limites burocráticos, políticos e econômicos para a efetivação das demarcações de seus territórios e o acesso a outros direitos (educação, saúde, infraestrutura etc.).

Reunir-se coletivamente nesse espaço da Rede Puxirão, requer dos ativistas um exercício constante de alteridade, um movimento no qual se deslocam de sua própria condição por meio da relação que estabelecem com outra condição, criando uma micropolítica da percepção, da afecção e do diálogo. (DELEUZE; GUATTARI, 1996). São, portanto, mutuamente afetados, modificados, compostos e decompostos como sujeitos individuais e coletivos. Nessa inter-relação buscam construir

um modo de reconhecimento mútuo, em que aquilo que afeta um segmento passa a ser considerado pelos demais nos encaminhamentos coletivos das lutas que realizam. Sobre a forma de organização da Rede Puxirão salienta um faxinalense:

E o que é essa Rede Puxirão? É um movimento de povos e comunidades tradicionais do Paraná que estão articulados em rede. Não é mais uma organização, **é um espaço onde nós nos articulamos para buscar juntos – todos os povos tradicionais do Paraná – os seus direitos.** E quando os movimentos tradicionais estão fortes, a Rede também se torna forte. E **ela tem um objetivo maior – a Rede Puxirão – que é de nós nos conhecermos, de trocarmos experiências e ao mesmo tempo de se articular para exigir os nossos direitos junto ao Estado e também propor políticas públicas** (Hamilton, faxinalense, fala pública sobre a Rede Puxirão, no II Encontro de Benzedadeiras do Centro-Sul do Paraná, 2012. Grifos nossos).

É importante salientar que os segmentos se organizam coletivamente na Rede Puxirão, sem se unificarem, ou seja, as suas diferenças não se dissolvem na identidade do todo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os segmentos se aproximam para realizar lutas conjuntas, cada segmento e mesmo cada grupo, continua a realizar suas lutas específicas. Podemos considerar essa forma de ação coletiva e organização política como um processo de reconhecimento profundo da alteridade, em que os ativistas inventam, experimentam e realizam ações coletivas que se dão não pela unificação, mas pela ação na diferença.

Nas conexões que são estabelecidas entre os povos e comunidades tradicionais, diversos elementos e objetos que compõe seus modos de vida e sua organização cotidiana são mobilizados, encadeados e se configuram como fundamentos da luta política. Esse é o caso do puxirão¹¹, que compõe a nomeação da Rede Puxirão e que, localmente, designa as formas cotidianas

¹¹ Esse termo tem variações regionais, que podem ser: mutirão, puxirum, grupo de ajuda, e outros. Constitui-se em uma forma de trabalho, mas também de se relacionar, que é própria de diferentes grupos Brasil afora, baseando-se no auxílio mútuo prestado gratuitamente.

de auxílio mútuo e gratuito por ocasião do plantio, da colheita, da construção de casas, da abertura de estradas etc., que pode se dar em benefício de um indivíduo ou de um coletivo com o qual se estabelecem alianças. Segundo os ativistas, a prática do puxirão está presente no cotidiano de cada um dos grupos que compõem a Rede Puxirão. Vemos que, quando essa nomeação é transposta para o espaço de organização política, ela pressupõe trazer essa prática cotidiana de auxílio mútuo para dentro das lutas políticas conjuntas, como veremos a seguir.

O PUXIRÃO E AS FORMAS SEGMENTARES COMO MODOS DE AÇÃO COLETIVA

Puxirão não é um nome por acaso, é um território, é um costume nosso, de vários segmentos tradicionais e tem vários nomes, puxirão, puxirum, mutirão. Então é muito forte isso, **não por causa do nome mas por causa do conteúdo** que se faz no puxirão (Hamilton, faxinalense, entrevista, em novembro de 2013).

Buscamos discutir aqui o puxirão, não enquanto metáfora, mas como um enunciado central para a compreensão da ação coletiva e da luta política da Rede Puxirão. Ele será tomado, portanto, enquanto noção política. Puxirão, ao nomear as relações constituídas por povos e comunidades tradicionais no Paraná, refere o conjunto de práticas políticas que compõem suas ações coletivas. Desse modo, mais do que abordar o que é o puxirão em sentido semântico ou etimológico, nos interessa seguir o que ele opera na prática política dos segmentos.

Enquanto prática cotidiana, o puxirão ocorre de diversas formas, em que a questão central é apoio mútuo:

O que se faz no puxirão? A coisa mais rica que tem, é onde a solidariedade entre nós prevalece, onde a gente se ajuda.

Faz puxirão para fazer o serviço do vizinho, onde se reúne a comunidade inteira. Um serviço que eu vou gastar trinta dias para fazer, acaba se fazendo tudo no dia, ou em meio dia. Aí você vai fazer o puxirão no outro vizinho. É claro que isso já não está mais tão forte como era antes. Mas, o puxirão é por causa disso, é uma coisa muito forte, que tem esse cunho solidário. Eu não vi outra coisa além disso, que seja mais solidário, do que fazer puxirão. Então se adotou Rede Puxirão. O nosso [movimento, dos faxinalenses] é Articulação Puxirão [Faxinalense]. Então, não é à toa. Puxirão é muito forte para nós (Hamilton, faxinalense, entrevista, em novembro de 2013).

Assim, de prática realizada no cotidiano de cada um dos segmentos, ele passa a se constituir enquanto modo de organização política da Rede Puxirão. Quando o puxirão é transposto para o espaço de organização política, esse deslocamento pressupõe trazer a prática cotidiana de auxílio mútuo para dentro das lutas políticas conjuntas, evidenciando a relação direta entre política e as demais experiências vividas pelos agentes (GOLDMAN, 2006).

Reunir-se no Puxirão e estabelecer ajuda mútua entre os segmentos não quer dizer que se construa um movimento homogêneo, unitário, mas designa que as lutas se realizam por pautas comuns: o território, a falta de reconhecimento, a reivindicação de políticas públicas específicas, etc. que são vivenciadas pelos diversos segmentos e que permitem que eles se auxiliem mutuamente.

Reunir todos esses povos em uma empreitada para resgatar seus territórios [...] é um puxirão. Na discussão deles [referindo-se aos ativistas dos segmentos], eles disseram: vamos reunir todo mundo num puxirão e nós vamos conquistar os nossos territórios (Dionísio, integrante da CEMPO, entrevista em maio de 2013).

[...] tem alguns que chamam de mutirão ou puxirão, é variado o nome, mas no caso dos faxinais seria o agrupamento de pessoas para o serviço coletivo, por exemplo, para a manutenção das cercas no perímetro entre o faxinal e a lavoura, é feito os mutirões, puxirões. E, na questão da Rede [Puxirão], eu penso que já é neste sentido também, que seja o agrupamento, lutando por uma causa única, levando em conta as demandas dos segmentos, conforme eu falei, mas procurando defender num todo, como se fosse um grupo irmanado, lutando por um objetivo só (Amantino, faxinalense, entrevista em novembro de 2013).

Assim como na prática cotidiana do puxirão, em que cada participante agrega e auxilia naquilo que pode, e com isso estabelece alianças sem se fundir com aquele a quem prestou auxílio, na ação política essa prática também se propaga: os segmentos se apoiam uns aos outros naquilo que consideram possível, levando em conta as demandas de cada um, e, ao mesmo tempo, seguem enquanto segmento específico, com suas próprias demandas a resolver, que pode ter o auxílio dos demais. A política que ali se desenvolve é, portanto, não uma política da unificação, mas da multiplicação, da multiplicidade. Cabe salientar que isso não se dá sem tensões uma vez que compreender as diferenças nos modos de vida de cada um exige diálogo e relações intensas, que se dão tanto em momentos em que se vai conhecer o espaço de vida do outro e seu cotidiano, como também de conversas nos espaços das reuniões e em momentos informais de encontros, em que se debatem as diferenças nos modos de vida e de luta. Não comparecer aos momentos decisivos da luta, igualmente pode consistir no rompimento de alianças. Durante a pesquisa de campo, em várias falas nas reuniões e nos encontros se faziam referências a alguém que “não comparece mais”, falta que é atribuída ao “individualismo” que toma conta e faz com que a pessoa ou o grupo não participe mais da luta porque já “está com a sua resolvida” e assim por diante.

O puxirão pode ser visto como uma lógica política, na qual os diversos segmentos buscam construir mobilizações coletivas, em que se estabelecem intensas negociações entre as diferenças. Atuar em puxirão demanda, por isso, buscar reconhecer os modos de vida diferenciados, se solidarizar com as formas de violência e expropriação sofridas pelos diferentes povos e identificar pontos de semelhança entre as lutas que permitam a ação coletiva.

O puxirão é uma prática de alianças que impede que os grupos se fusionem. Para compreender o puxirão é também importante reconhecer como operam as lógicas segmentares em que se organiza a Rede Puxirão, pois elas orientam e dão sentido à sua forma de ação coletiva. Nas falas dos ativistas salienta-se sempre a autonomia dos segmentos frente à Rede Puxirão.

A divisão da Rede Puxirão em segmentos, longe de se constituir apenas como um modo de nomear, refere uma lógica de ação, de práticas, de aprendizagens coletivas abertas aos possíveis e aos imprevistos. Operar em lógicas segmentares permite que os segmentos não se constituam enquanto um grupo unificado, mas que construam aproximações a fim de se apoiarem mutuamente e realizarem coletivamente os enfrentamentos de conflitos e as reivindicações ao Estado.

A segmentaridade enquanto princípio organizativo, conforme Goldman (2006), não consiste na divisão de uma suposta unidade primeira em entidades discretas. Para o caso da nossa análise, cabe perceber que não existe uma unidade primeira de povos e comunidades tradicionais que se subdivide nos diversos segmentos, mas ocorre a conversão de multiplicidades (de indivíduos, de coletivos de parentesco, de alianças, de organizações camponesas anteriores etc) que se dá em formas de segmentos (faxinais, ilhéus, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas etc). Organizar-se enquanto segmento para os povos e comunidades tradicionais consiste na experiência de defender coletivamente uma identidade política e um território.

As segmentaridades políticas, no entanto, não são fixas e continuamente vão sendo compostas outras alianças. Elas são

um arranjo relativo de alianças políticas de acordo com critérios diversos, e operam em oposição à lógica de centralização ou de unificação. A agregação segmentar é sempre relativa e, portanto, contextual e reversível (GOLDMAN, 2006).

Do mesmo modo, a lógica segmentar da Rede Puxirão pode ser compreendida na forma como se organizam os grupos que constituem cada um dos segmentos, já que estes também produzem lógicas segmentares. Por exemplo, na articulação do segmento faxinalenses, os grupos de diferentes faxinais têm demandas próprias e se organizam em movimentos locais, a partir de conflitos e questões que eles se colocam, e, ao mesmo tempo, se articulam em conjunto com outros faxinais na APF. Isso também se opera na Articulação dos Indígenas do Sul (ARPIN-Sul), em que entram em relação indígenas Kaingang, Guarani e Xetá, mas cada um desses povos já com suas próprias organizações e questões. É assim que operam, igualmente, as organizações dos outros segmentos da Rede Puxirão.

Longe de unificar as demandas ou criar unificações de movimentos, se estabelecem relações políticas rizomáticas, nas quais se realizam alianças, se relacionam grupos heterogêneos, e aquilo que poderia ser pensando como o “todo” (à medida que os conecta em um nível mais amplo) é apenas uma “parte”, ao lado de outras partes. A Rede Puxirão “é como um todo dessas partes, mas que não as unifica e que se acrescenta a elas como uma nova parte, composta à parte” (DELEUZE; GUATTARI, 2007). Ela não pode ser pensada como um “todo” que unifica as partes (os segmentos) ou que representa os segmentos, pois ela opera como uma “parte”, ao lado de outras, que, no caso, são os oito segmentos e mesmo a multiplicidade de grupos.

Essas formas de relações políticas entre organizações de povos e comunidades tradicionais são explicadas por Marciano, um ativista indígena, quando fala sobre o caso da ARPIN-Sul e sinaliza elementos para compreender de modo mais amplo a

lógica pela qual operam os outros segmentos e mesmo a Rede Puxirão:

A primeira questão, de um povo estar falando pelo outro povo. Como Articulação a gente tem criado esta **inter-relação com estes outros povos**, mais no sentido de conhecer um pouco melhor. **Há uma diferença cultural** bastante grande entre Kaingang e Guarani e mesmo entre os Guarani. Eu sou Guarani, e a gente fala que tem o Guarani do interior e tem os Guarani que estão mais na região do litoral. Até mesmo entre nós, os Guarani, esse diálogo tinha um pouco de dificuldade, porque o Guarani do interior já tinha uma relação histórica maior com o povo Kaingang e com a sociedade também. Os Guarani que vivem na região do litoral são um pessoal mais reservado[...]. Agora para facilitar – porque são muitos povos, muitas comunidades – o diálogo com o governo, a busca de políticas mais abrangentes dificultava, ficava muito distante essa relação. Então algumas coisas da luta em si, maior, ela tinha algumas dificuldades. Tanto na nossa região aqui como a nível nacional também, isso tem fortalecido mais essa aproximação na Articulação Nacional, que hoje a gente tem a Articulação Nacional dos Povos Indígenas, que é a APIB, em Brasília, que ela hoje tem autonomia para falar pelos povos. E na nossa região a gente tem também, a gente tem feito isso. Nós, **entendendo um pouco a causa** Kaingang, eu sendo Guarani, **eu posso estar me posicionando às vezes, não tomando uma decisão, mas estar me posicionando em favor deles, em favor da luta deles**. Então a gente tem separado muito isso, o que é **comum** numa luta maior e as demandas de cada comunidade, porque daí é uma outra situação também. Então a gente tem conseguido fazer isso, inclusive de representação fora também (Marciano, Guarani, na reunião da Rede Puxirão, em março de 2013, grifos nossos).

O que se opera, portanto, são trocas de perspectivas entre os segmentos, em que se estabelece um processo de explicação e de implicação relacional (VIVEIROS DE CASTRO, 2007). As lógicas segmentares operam por comunicação das diferenças, em que, entendendo-se a “diferença cultural” do outro, mas também “a causa” do outro, as questões que envolvem os outros grupos, é que se torna possível, não tomar “uma decisão pelo outro”, já que cada povo tem sua “causa”, suas demandas, mas sim, “estar se posicionando em favor deles, em favor da luta deles”.

Há, portanto, construção de uma luta comum, ou melhor, “o que é comum numa luta maior”, mas o comum aqui não tem o sentido de identidade genérica, mas de comunicação transversal (ZOURABICHVILI, 2004) entre grupos que diferem. Ocorre, portanto, a afirmação da diferença e a possibilidade de composição de pautas comuns de luta, não totalizáveis. As ações coletivas que ali ocorrem “não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE; GUATARRI, 2007).

Quando os segmentos da Rede Puxirão se reúnem, na reunião da Equipe, com outros movimentos sociais (MST, MAB, MPA etc) e os agricultores ecologistas, as lógicas de atuação política segmentares também se estabelecem. Mesmo que suas lutas possam ser aproximadas em vários momentos e ocorra apoio mútuo entre eles, o que povos e comunidades tradicionais defendem são perspectivas que se afastam das lógicas de unificação como agricultores familiares ou camponeses ou ainda sem terra. Eles dão ênfase à diferença de modos de vida e conseqüentemente de modos de ação na luta.

A lógica da Rede Puxirão opera por segmentaridade, por rizoma, que funciona por encontros e agenciamentos. Um segmento pode se aliar a outro (ou a mais de um) e constituir, junto com esse(s), algo. Mas essa aliança supõe, sempre, uma disjunção possível. Não é pela unificação dos segmentos que a Rede Puxirão se organiza. Ao contrário, vemos que é pela

multiplicação das diferenças internas a ela que se constroem as suas ações coletivas.

Aqui, a forma de organização da Rede Puxirão poderia ser aproximada das possibilidades de luta política que são discutidas por Stengers (2013): essas lutas não se dão por formas de representação (ou se dão muito menos por esse tipo de formato), mas operam mais pela produção de repercussões, pela constituição de “caixas de ressonância”, de modo que aquilo que acontece a uns faz pensar e agir os outros, e também aquilo que é bem sucedido a uns, o que eles aprendem, o que os faz existir, torna-se também recurso e possibilidade experimental para os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência das identidades coletivas dos segmentos que compõem a Rede Puxirão fala/denuncia processos históricos de invisibilidade, ao mesmo tempo em que aponta para formas possíveis de avançar na luta pela diferença. Os grupos que hoje reivindicam suas identidades como povos e comunidades tradicionais sofreram historicamente com as perdas de seus territórios e, concomitantemente, com o não reconhecimento pelo Estado e pela sociedade circundante de suas singularidades sociais e culturais.

O debate em torno de constituição de identidades políticas desses grupos está profundamente relacionado ao da valorização das diferenças, ligada a multiplicidade de povos, de formas de vida e de territórios. Essas questões concernem a movimentos de politização da diferença e de construção de sujeitos políticos (ESCOBAR, 2010).

A afirmação de identidades específicas estabelece uma diferenciação daquelas identidades políticas anteriormente acionadas, e que tinham um caráter mais abrangente, como de camponês, trabalhador rural e posseiro. Contudo, isso não quer

dizer que os segmentos deixem completamente de afirmarem essas identidades anteriores, uma vez que, na maior parte dos casos, elas coexistem nas práticas políticas dos agentes, pois a identidade não é única, elas são plurais. Uma mesma pessoa pode ocupar várias posições ao mesmo tempo. Em alguns momentos uma posição pode se sobrepor às outras ou se ligar a elas. Na Rede Puxirão, uma pessoa pode ser, por exemplo, faxinalense, participar do movimento de mulheres agricultoras, atuar como benzedeira, participar do sindicato dos trabalhadores rurais etc.

Organizar-se a partir das identidades específicas se opera pelo desejo dos grupos de terem suas singularidades reconhecidas e é desse modo que os segmentos da Rede Puxirão têm se mobilizado pelo seu reconhecimento. As identidades não se baseiam em uma essência, nem na fixidez de termos ou formas dos grupos, elas são constituídas através de percursos, de acontecimentos, de processos dinâmicos que ativam e reconfiguram o seu modo de atuar politicamente.

Uma das questões que vemos perpassar as ações coletivas de povos e comunidades tradicionais no Brasil, inclusive no caso da Rede Puxirão, é que sua forma de atuação é perpassada pelo diálogo intercultural entre os grupos, em que buscam construir o reconhecimento mútuo da sua diversidade social e cultural e de suas lutas. É a partir desse diálogo que buscam a conjunção das pautas para a realização da mobilização conjunta em defesa de seus territórios e de outros direitos que consideram fundamentais.

Os segmentos da Rede Puxirão desenvolvem politicamente modos de subjetivação, processos de singularização, na construção de relações com o outro, produzindo subjetividades singulares. Esses agenciamentos de subjetivações atuam para produção de mudanças tanto num plano mais cotidiano como de transformações sociais e econômicas mais amplas (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Como vimos, as identidades desses grupos não apontam para uma unidade, mas operam por lógicas políticas segmentares, em

que se aproximam em determinados momentos, se afastam em outros e podem voltar a se aproximar. O que se estabelece na Rede Puxirão são conexões entre grupos heterogêneos que se reúnem a fim de se apoiarem mutuamente, realizando ações pautadas na alteridade, na multivocidade de modos de vida e de formas de luta. Nela se operam agenciamentos coletivos de enunciação, em que as diferenças são perspectivas radicais e irredutíveis. As posições de alteridade produzem uma comunicação cuja consistência possibilita atuarem conjuntamente.

Em suas ações coletivas, os segmentos não buscam somente o reconhecimento de seus territórios e a criação de políticas públicas específicas (embora essas sejam questões primordiais de suas reivindicações). Eles se mobilizam pelo seu reconhecimento político, de seus territórios existenciais, de seus saberes, de seus mundos e, principalmente, pelo seu reconhecimento enquanto ser.

O que nos parece inovador nas formas de ação coletiva da Rede Puxirão é a prática da alteridade como central na possibilidade de luta conjunta. A relação entre as diferenças é valorizada e contraposta à unificação. A ação coletiva se dá, nesse caso, como criação a partir das relações entre as diferenças, diferenças entre cosmologias e entre as formas e pautas de luta.

São, portanto, modos de existência nos quais a alteridade é constitutiva do ser, em que se colocam em relação com o outro, em que produzem relações políticas nas quais estão em questão a responsabilidade com e o reconhecimento do outro. Trazem, portanto, a dimensão da alteridade para a política, cuja ação é perpassada pela proliferação de singularidades coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: DELGADO, Nelson (Org.). *Brasil Rural em Debate*. Brasília: MDA/SDT e IICA, 2010, p. 137-213.
- _____. et al. (Orgs). *Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social, UEA Edições, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JR, Emmanuel de Almeida (Org.). *Povos e Comunidades Tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ANJOS, José Carlos dos; SILVA, Sérgio Baptista da. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: Ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- ANTUNES, Douglas Ladik. *Cipozeiros em movimento: cultura material, conflitos territoriais e relações educativas em design*. 2011. Tese (Doutorado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BOLETIM informativo das benzedadeiras (Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil). *Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas: o direito de afirmação da identidade de benzedadeiras e benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo, Paraná*. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- _____. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. V. 4. São Paulo: Editora 34, 2007.
- ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Popayán/Colombia: Enviñon, 2010.
- GARCIA JR. Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 5, n.10, p.154-189, jul/dez, 2003.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, n. 20, p. 165-174, 2009.

ILHÉUS DO RIO PARANÁ: relatos de uma luta esquecida. Documentário. Produção: mestrandos em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=MCbEGhw5AJA>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

LITTLE, Paul. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série antropológica 322. Brasília: UnB, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, CPDOC, p.3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, CPDOC, p.200-212, 1992.

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. *Processo de construção da política estadual de povos e comunidades tradicionais*. (Documento impresso), Guarapuava, 2008.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n.1, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.) *Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA, 2007.

SILVA JR., Gladstone Leonel; SOUZA, Roberto Martins. As comunidades tradicionais e a luta por direitos étnicos e coletivos no Sul do Brasil. *Revista da Faculdade de Direito*, UFG, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 128-142, jul./dez. 2009.

- SOUZA, Roberto Martins de. Na luta pela terra, nascemos faxinalenses: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- STENGERS, Isabelle. *Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient*. Paris: Éditions la Découverte, 2013 [2009].
- VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra; ROSSATO, Geovanio. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no Estado do Paraná. *Boletim de Geografia, Maringá*, ano 14, n. 1, p. 19-31, set. 1996.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Filiação intensiva e aliança demoníaca. *Novos Estudos: CEBRAP, São Paulo*, n. 77, p. 91-126, 2007.
- ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

JOSIANE CARINE WEDIG – Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. <josianewedig@utfpr.edu.br>